



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 126/2015
PREGÃO Nº. 76/2015
PROCESSO Nº. 6478/2015

Aos 13 de novembro de 2015, no Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão Pública, situado à Praça dos Três Poderes, nº. 01 - Centro, o Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, Carlos Donizeti Brambilla, nos termos do art. 11, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 09 de junho de 1994 e das demais normas legais aplicáveis, RESOLVE registrar os preços para o objeto constante desta ata, a serem utilizados pelo Município, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 76/2015, homologado pela Exmo. Prefeito, as folhas _____, tendo sido as referidas propostas oferecidas pelas empresas constantes desta ata, cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem.

1. DO OBJETO:

O objeto da presente Licitação tem por objeto Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de confecção de 300 m² (trezentos metros quadrados) de placas de sinalização vertical (regulamentação, advertência e indicação) em chapas de aço bitola 18 #, dimensão simples, tratamento fosfatizante, semirefletivas, acabamento final a ser feito com uma demão de primer à base de epóxi. A face oposta deve receber duas demãos de esmalte sintético na cor preto, placas com áreas maiores que 80 cm², estas devem ser estruturalmente reforçadas com dobras na chapa na parte superior e inferior quando forem quadradas ou retangulares e com perfil tipo "T", quando octogonais, triangulares ou circulares, para sinalização de trânsito nas diversas vias públicas do Município de São José do Rio Pardo.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - 2.1- A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, a partir da data da publicação do Extrato da Ata no órgão competente.

2.2- Durante o prazo de vigência desta Ata, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO não será obrigada a adquirir os serviços referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência da execução em igualdade de condições. A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa;

2.3. Caso a empresa não cumpra as condições e prazos estabelecidos para execução do objeto, o registro de preço relativo à contratada será revogado mediante ato fundamentado, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no Edital, bem como da apuração inidoneidade da empresa licitante, oportunidade que será convocado a empresa subsequentemente classificada, respeitada a ordem classificatória, para nas mesmas condições estabelecidas no instrumento convocatório possa lhe ser adjudicado objeto da pretensa contratação.

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participação deste certame, mediante prévia consulta à PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO (órgão gerenciador) e anuência da(s) empresa(s), desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, e no Decreto Municipal nºs 3.825/09.

3.2- Caberá à(s) empresa(s) fornecedoras beneficiárias da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não dos serviços, a órgão ou entidade que não



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

tenha participado do certame licitatório, desde que estes serviços não prejudiquem as obrigações anteriormente assumidas;

3.3- Os órgãos usuários não serão obrigados a adquirir os serviços ora registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de serviços em igualdade de condições.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos Serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Tinpavi Comércio de Tintas Ltda EPP

CNPJ: 17.592.525/0001-66

Endereço: Rua Cecília de Alvarenga Freire Pimentel nº 277, Bairro: Vila Abarca.

Tupã/SP Cep: 17.607-150

Tel/Fax: (14) 3491-2400

Representante: Sillas Reinato Ferrão

RG: 46.246.366-7 **CPF:** 383.292.248-21

Email: sillas.ferrao@cnsinalizacao.com.br

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de confecção de 300 m ² (trezentos metros quadrados) de placas de sinalização vertical (regulamentação, advertência e indicação) em chapas de aço bitola 18 #, dimensão simples, tratamento fosfatizante, semirefletivas, acabamento final a ser feito com uma demão de primer à base de epóxi. A face oposta deve receber duas demãos de esmalte sintético na cor preto, placas com áreas maiores que 80 cm ² , estas devem ser estruturalmente reforçadas com dobras na chapa na parte superior e inferior quando forem quadradas ou retangulares e com perfil tipo "T", quando octogonais, triangulares ou circulares, para sinalização de trânsito nas diversas vias públicas do Município de São José do Rio Pardo. Conforme especificações técnicas abaixo.	M ²	CN SINAL	300	119,30	35.790,00

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO, ADVERTÊNCIA E INDICATIVAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

1. OBJETIVO:

Esta especificação técnica fixa as condições básicas exigíveis para a confecção de 300 m² (trezentos metros quadrados) de placas de regulamentação, advertência e indicativas, simples para sinalização vertical de trânsito.

2. DEFINIÇÃO:

As placas para sinalização vertical têm por finalidade regulamentar o uso, advertir sobre perigos potenciais e orientar os usuários durante os seus deslocamentos na rodovia. Esta comunicação é feita por mensagens padronizadas quanto a sua forma, tamanho e cores de modo a permitir a compreensão fácil, rápida e eficaz pelos motoristas e demais usuários da via.

3. REQUISITOS GERAIS:

3.1 As placas de regulamentação, advertência e indicação serão produzidas na dimensão simples.

3.1.1. Placas simples – neste grupo estão incluídas as placas de regulamentação, advertência e indicativas com largura de **até** 3,00 metros e/ou altura de 1,20 metros, confeccionadas em chapa única.

3.1.2. Fornecimento e pagamento serão por metro quadrado (m²) de placas fornecidas.

3.1.3. As placas de regulamentação, advertência e indicativas deverão atender ao Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação; ao Volume II – Sinalização Vertical de Advertência e ao Volume III – Sinalização Vertical de Indicação, respectivamente.

3.1.4 A utilização das cores das tintas nas placas deve ser feita obedecendo-se aos critérios abaixo e ao **padrão Munsell** ou outro que venha a substituir, de acordo com as normas da ABNT.

Branco:.....N 9,5 (tolerância N 9,0)

Amarelo:10 YR 7,0/14

Verde:.....10 G 3/8

Azul:5 PB 2/8

Laranja:2,5 YR 6/14

Vermelho:7,5 R 4/14

Preto:.....(Verso da placa): N 1,0 (tolerância N 0,5 a 1,5)

4. REQUISITOS ESPECÍFICOS:

4.1 –

Materiais:

4.1.2. As Chapas de Aço Galvanizado destinadas à confecção das placas de aço devem ser perfeitamente planas, lisas e isentas de rebarbas ou bordas cortantes, do tipo NB 1010/1020, com espessura de 1,25 mm, bitola #18.

Deve atender integralmente a NBR 11904 - Placas de aço para sinalização viária.

4.1.2.1-

Limpeza:

As chapas deverão passar por processo de limpeza, visando à retirada de graxa e impurezas que possam vir a prejudicar o tratamento posterior, de modo a garantir perfeita aderência das tintas e películas refletivas. Poderão ser empregados quaisquer métodos adequados.

4.1.3 – Tratamento e

Pintura:

Após cortadas nas dimensões finais, furadas e limpas, as chapas de aço deverão ter suas bordas lixadas e os cantos arredondados e deverão passar por um processo de fosfatização, preparando as



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

superfícies para receber e reter as tintas, aumentando à resistência a corrosão.

4.1.3.1 –

Acabamento:

O acabamento final deve ser feito com uma demão de primer à base de Epóxi. A face principal da placa deve ser executada com tinta esmalte sintética. A face oposta deve receber duas demãos de esmalte sintético na cor preto.

4.1.3.2 – **Reforço das**

Placas:

No caso de placas com áreas superiores a 80 cm², estas devem ser estruturalmente reforçadas.

a) com perfil tipo “T”, de aço galvanizado, nas medidas **3/4” x 1,8”**, quando tiverem a forma octogonal, triangular ou circular, devendo ser fixado à chapa horizontalmente, através de solda a ponto. Os reforços devem ser pintados na cor preta com tratamento e primer adequado ao tipo de procedimento, após processo de soldagem.

b) com dobra na chapa na parte superior e inferior, quando tiverem a forma quadrada ou retangular.

4.1.4 – **Material**

Refletivo:

4.1.4.1 – Películas:

As mensagens contidas nas placas devem ser elaboradas em películas adesivas que atendam à especificação técnica NBR 14644 - ABNT, Sinalização vertical viária – Películas - Requisitos.

4.2 –

Confecção:

As placas deverão ser confeccionadas em chapa de aço galvanizado **Bitola 18”** (1,25 mm). de acordo com os desenhos, dimensões, cores, mensagens, etc., conforme solicitação da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito de São José do Rio Pardo.

A aplicação das películas deverá ser efetuada por meio de equipamentos adequados que resulte máxima adesividade entre a chapa e película.

4.2.1 –

Acabamento:

As placas de orientação deverão ter o seguinte acabamento:

4.2.1.1 – **Face**

principal:

A fase principal das placas deverá ter acabamento composto, conforme tabela 4.

4.2.1.2 – **Face**

Oposta:

Devera seguir determinado no **item 4.1.3.**

4.2.1.3 – **Tipos de**

placas:

Placas serão compostas conforme tabela 4.

TABELA – 4

Tipos de Placas	Modelo	Fundo	Símbolos, Letras, Orla e Tarjas
Regulamentação	Semirefletiva	Pintura	Película Refletiva Grau
Advertência	Semirefletiva	Pintura	Película Refletiva Grau
Indicação	Semirefletiva	Pintura	Película Refletiva Grau

4.2.1.4 –



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

Identificação:

Deverá constar no verso das placas, impressos pelo processo Silk-Screen, na cor branca os seguintes dizeres:

S.M.S.T./S.J.R.P., nome ou marca do fabricante, mês e ano de fabricação.

5. INSPEÇÃO:

5.1 –

Ensaios:

O material empregado na confecção das placas deverá ser ensaiado em laboratório credenciado. O fornecedor das placas será o responsável pela realização dos ensaios e teste que comprovem o cumprimento das premissas desta especificação.

As dimensões das placas devem atender, rigorosamente, às dimensões previstas em projeto.

5.1.2 – Análise

dimensional:

As placas serão analisadas quanto às suas condições, de acordo com o as disposições do Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro e os solicitados pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

6. GARANTIA:

6.1 – Garantia das placas

confeccionadas:

As placas fabricadas em obediência a esta especificação deverão ser garantidas pela contratada contra deficiência decorrente de materiais defeituosos por um prazo mínimo de 05 (cinco) anos, e as películas aplicadas deverão ser garantidas por um prazo de 07 (sete) anos, a partir da data de fornecimento.

7. EMBALAGEM:

7.1 – As placas deverão ser fornecidas em pequenos fardos com separação de papel adequado.

8. ORDEM DE SERVIÇO:

8.1 – Será fornecida Ordem de Fornecimento para a empresa contratada, a ser expedida pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito de São José do Rio Pardo/SP.

9. PRAZO DE ENTREGA:

9.1 – As placas deverão ser confeccionadas e entregues no prazo máximo de 20 dias corridos a partir da data da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito de São José do Rio Pardo, para a empresa vencedora.

10. LOCAL DE ENTREGA:

10.1 – As placas confeccionadas deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito de São José do Rio Pardo, na Av. Belmonte nº 300, Almoxarifado Central da Prefeitura – Jardim Nova Belmonte – Fone (19) 3682-7859, São José do Rio Pardo, de segunda à sexta, no horário das 8:00 às 16:00 horas, acompanhadas da Nota Fiscal correspondente com os Respetivos Laudos Técnicos.

11. ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO:

11.1 – Todo o material fornecido deverá ser submetido previamente à inspeção visual pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, cabendo a este o direito de recusar os que apresentarem algum defeito ou que não estejam de acordo com o especificado.

Se os resultados forem satisfatórios, o lote será aceito pelo órgão comprador, caso contrário,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

irá ser rejeitado.

5. DA CONVOCAÇÃO PARA OS SERVIÇOS

5.1. Serão executoras do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar;

5.2. A convocação para os serviços será feita através da emissão e encaminhamento da Ordem de Serviço à detentora dos preços registrados;

5.3. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a receber a nota de empenho, estará sujeita as penalidades explicitadas neste Edital e na Legislação em vigor e ainda, a Administração convocará a empresa subsequente classificada, na devida ordem classificatória, para efetuar os serviços, podendo ser registradas tantas empresas quantas necessárias para que, em função das propostas, seja atingida a quantidade total estimada para o item;

5.4. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços;

5.6. Os serviços desta licitação deverão ser executados acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho;

5.7. A licitante detentora da Ata de registro de preços ficará obrigada, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de registro de preços e referentes a este Pregão, mesmo se a execução for prevista para data posterior ao vencimento da mesma;

5.8. Em cada serviço, se a quantidade e/ou qualidade do serviço entregue não corresponder ao exigido neste Edital e na Ata de Registro de Preços, a detentora será convocada para, dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério do Órgão Gerenciador da Ata e da Autoridade Competente.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O objeto desta licitação deverá ser executado de acordo as necessidades da unidade requisitante, a qual emitirá Ordem de Serviço durante a vigência desta ata, conforme as condições estabelecidas no Anexo I (Termo de referência) deste certame;

6.2. A execução do objeto será acompanhada, conforme o caso, nos termos dos arts. 67 a 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.3 - A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com as especificações constantes do termo de referência (art. 76 da Lei Federal nº. 8.666/93).

6.4 – Os serviços serão objeto de recebimento provisório, nos termos do art. 73, I, "a", da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.5 – Os serviços serão objeto de recebimento definitivo, nos termos do art. 73, I, "b", da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.6 – O(s) contratado(s) fica(m) obrigado(s) a substituir o(s) serviço(s) que vier(em) a ser recusado(s), observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo que o recebimento previsto no subitem 13.4 não importará sua aceitação.

6.7 – O prazo para a execução será de 20 (vinte) dias, contadas do recebimento, pelo detentor da ATA, de cada solicitação dos serviços (Ordem de Serviço).

6.8. O não atendimento do prazo fixado do item 12.1.4 implicará em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, salvo justificativa fundamentada do fornecedor, com a devida aceitação do ordenador de despesa da unidade orçamentária responsável pela contratação;

7. DO PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

7.1- O pagamento devido ao (s) contratado (s) será efetuado **MENSALMENTE em até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal**, mediante depósito na conta bancária fornecida pelo licitante vencedor, ficando ainda condicionado ao seguinte:

- a) Apresentação de atestados expedidos pela Secretaria ordenadora da despesa que comprovem a efetiva e satisfatória entrega do objeto do presente edital.
- b) Apresentação de certidões negativas de débito relativas à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) atualizadas.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 - Os contratos de prestação de serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados através da emissão da nota de empenho ou assinatura de contrato perante a Secretaria de Gestão Pública.

8.2- As detentoras da presente Ata de Registro de Preços serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que os serviços deles decorrentes estiverem previstos para data posterior a do seu vencimento.

8.3- Cada Ordem de Serviço deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do serviço conforme o preço oferecido pela empresa vencedora, a quantidade pretendida, o local da entrega do objeto, o carimbo e a assinatura do responsável.

8.4- O serviço deverá ser executado acompanhado da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso, acompanhado da respectiva Ordem de Serviço e a devida Nota de Empenho.

8.5 - A empresa detentora desta ATA, quando do recebimento da Ordem de Serviço enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e horário em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

8.6 - A cópia da ordem de Serviço referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

8.7 - As empresas detentoras da presente ata ficam obrigadas a aceitar o acréscimo e/ou supressões de até vinte e cinco por cento nas quantidades estimadas.

9 - DAS PENALIDADES

Aplicam-se às contratações decorrentes do presente ajuste as sanções previstas nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto Municipal n.º 3.950, 21 de março de 2011 (Anexo IX do Instrumento Convocatório), conforme o caso.

10 - DO REEQUILIBRIO OU REVISÃO DOS PREÇOS

10.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a PREFEITURA as necessárias negociações junto as Detentoras dos Preços Registrados;

10.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA deverá:

- a) Convocar a detentora dos preços registrados visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Caso seja frustrada a negociação, a Detentora dos Preços Registrados será liberada do compromisso assumido; e,
- c) Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.

10.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Detentora dos Preços Registrados, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a PREFEITURA poderá:

- a) Liberar a Detentora dos Preços Registrados do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

antes da Ordem de Fornecimento; e,

b) Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.

10.4. Não havendo êxito nas negociações, a PREFEITURA procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

10.5. O requerimento de que trata o subitem 12.5.3 deste Edital deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas pela detentora dos preços registrados;

10.5.1. A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de documentos que comprovem a solicitação, tais como: requerimento com justificativa; lista de preços de fabricante; notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos; nota fiscal referente a compra do produto na época da realização do certame e a atual do fornecedor ou de concorrente; documentos que comprove o transporte de mercadorias incluindo pedágio e fretes, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços;

10.5.2. Junto ao requerimento, a detentora dos preços registrados deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado, e demais comprovantes que se mostrarem pertinentes ao caso ou que sejam solicitados pelo Órgão Gerenciador;

10.5.3. A PREFEITURA, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à análise para reequilíbrio ou revisão dos preços;

10.5.4. Os preços inicialmente registrados, deverão permanecer inalterados, pelo período de validade da Ata de Registro de Preços, salvo a ocorrência das exceções já mencionadas e desde que devidamente comprovadas pela licitante e, posteriormente, acatadas pelo Órgão Gerenciador da Ata;

10.5.5. Os pedidos de atualização dos preços se necessário tal equilíbrio, só serão recebidos se a contratada comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme exigência do sub item 10.5.1 e 10.5.2;

10.5.6. O documento do licitante que solicita o reequilíbrio econômico-financeiro, deverá ser protocolado na Secretaria Municipal de Gestão Pública;

10.5.7. O documento do locador solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro será apreciado pelas autoridades competentes e submetida ao Setor Jurídico do Município, para efeitos de parecer e análise;

10.5.8. As alterações decorrentes do reequilíbrio e/ou revisão dos preços serão publicadas e ficarão disponibilizados em meio eletrônico na página da PREFEITURA durante toda vigência da Ata de Registro de Preços;

10.5.9. É vedado à Detentora dos Preços Registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão ou reequilíbrio de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções pré-definidas neste Edital e na Legislação pertinente.

10.5.10 Não serão aceitos pedidos de reajuste (conforme art. 2º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, no período de vigência da presente ata.

§ 1º "É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano"

11 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A detentora dos preços registrados terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;

e,

d) tiver presentes razões de interesse público.

11.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente;

11.3. A Detentora dos Preços Registrados poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

12. DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

12.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretário requisitante.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

13.1. Se a eventual e futura contratação ocorrer neste exercício, a respectiva despesa decorrente da contratação, objeto desta licitação, correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

501.020901.339039.061810021.2036;

503.020901.339039.061810021.2036;

502.020901.339039.061810021.2036;

504.020901.339039.061810021.2036;

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Vincula-se à presente ata de registro de preços, para todos os efeitos legais, ficando dela fazendo parte integrante, o edital de licitação, o termo de referência, a (s) proposta (s) apresentada (s) pela (s) detentoras e todos os demais documentos constantes do Pregão nº. 76/2015.

14.2. A (s) detentora (s) da presente ata fica (m) obrigada (s) a manter, durante a vigência da presente ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.3. Fica eleito o foro desta Comarca de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

14.5. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços na modalidade Pregão, a Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, com as demais normas aplicáveis.

14.6. Ficam conferidas à Administração Pública todas as prerrogativas que lhe decorrem da Lei 8.666/93, inclusive aquelas previstas em seu art. 58.

São José do Rio Pardo, 13 de novembro de 2015.

Carlos Donizeti Brambilla

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

Sillas Reinato Ferrão

Tinpavi Comércio de Tintas Ltda EPP

Testemunhas:

1) _____

2) _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/15 ANEXO X TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo.

CONTRATADA: Tinpavi Comércio de Tintas Ltda EPP

ATA DE REGISTRO Nº (DE ORIGEM): 126/2015

OBJETO: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de confecção de 300 m² (trezentos metros quadrados) de placas de sinalização vertical (regulamentação, advertência e indicação) em chapas de aço bitola 18 #, dimensão simples, tratamento fosfatizante, semirefletivas, acabamento final a ser feito com uma demão de primer à base de epóxi. A face oposta deve receber duas demãos de esmalte sintético na cor preto, placas com áreas maiores que 80 cm², estas devem ser estruturalmente reforçadas com dobras na chapa na parte superior e inferior quando forem quadradas ou retangulares e com perfil tipo "T", quando octogonais, triangulares ou circulares, para sinalização de trânsito nas diversas vias públicas do Município de São José do Rio Pardo.

ADVOGADO(S): (*)

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber. Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

São José do Rio Pardo, 13 de novembro de 2015.

CONTRATANTE Nome e cargo: Carlos Donizeti Brambilla – Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

E-mail institucional: seguranca@saojosedoriopardo.sp.gov.br

E-mail pessoal: cdbrambilla@hotmail.com

Assinatura: _____

CONTRATADA Nome e cargo: Sillas Reinato Ferrão – Sócio Diretor

E-mail institucional: sillas.ferrao@cnsinalizacao.com.br

E-mail pessoal: sillas.ferrao@cnsinalizacao.com.br

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído